PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3131/2016

DISPENSA POR LIMITE Nº 38/2016

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de compactação de entulhos. No depósito municipal de entulhos e resíduos.

A Assessoria Jurídica do Município de Ubitatã, por meio do seu procurador jurídico, devidamente inscrito na OAB/PR, 48.534, vem apresentar parecer jurídico do processo administrativo em epígrafe.

O presente procedimento observa o que dispõe o Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/1993 e por esse motivo é adotada a Dispensa de Licitação por Limite, sendo o preço contratado coerente com o praticado no mercado, conforme pode ser comprovado nos orçamentos constantes nos autos do Processo. Ademais, a regularidade da proponente com suas obrigações fiscais estão devidamente comprovadas nos autos, representada pelas suas respectivas certidões.

Contratação de empresa para prestar serviços de maquina trator de Esteira D14, 290 cavalos, 16 mil quilos, para manutenção e atividades ambientais, exemplo empurrar resíduos de obra, tronco de arvores etc. no depósito municipal de entulhos e resíduos, devido ao município não possuir um trator de esteira neste porte para execução do serviço, sendo necessário um trator de esteira de maior porte e maior potencia suprindo a necessidade empurrar elementos tão pesados, pois esse serviço atualmente esta sendo feito por uma maquina D5E com baixa potencia exigindo Máxima, se faz necessária a contratação de uma maquina de maior eficiência, assim economizando custo e tempo na execução do serviço. Por se tratar de um serviço diferenciado, apenas nos momentos mais críticos, justifica-se tal valor a dispensa da licitação ate o final deste exercício.

Segundo informa o parecer contábil, verifica-se a existência de recursos orçamentários para cumprir com as obrigações decorrentes, conforme dotações especificadas.

Dessa forma, por tratar-se de compra cujo valor não supera os 10% previstos no artigo 23, Inciso II, alínea "a", da Lei n. 8.666/93, é dispensável o processo licitatório, segundo a literalidade do

artigo 24, Inciso X, supracitado.

É o parecer.

Ubiratã-PR, 20 de Junho de 2016.

Duarte Xavier de Moraes
Assessor Jurídico OAB/PR 48.534